

**“Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)**

Maíra Ines Vendrame\*

**Resumo**

Organizar uma sociedade de acordo com seus anseios e expectativas era o objetivo dos imigrantes italianos que chegaram à região central do Rio Grande do Sul, a partir de 1877, formando a Colônia Silveira Martins. Quando da instalação nas comunidades coloniais, uma das primeiras metas era a edificação de uma capela, e logo após a busca por um padre residente. Na concepção dos imigrantes, o desenvolvimento do lugar só seria alcançado se os povoados desfrutassem de total independência, cuidando da sua própria administração, longe do controle de forças externas. Para realizar tais intentos, os colonos não se furtaram em confrontar com sacerdotes, as autoridades municipais e as leis brasileiras.

**Palavras-Chave:** Imigração Italiana – Rio Grande do Sul – ex-Colônia Silveira Martins

**Abstract**

From 1877 on, the Italian immigrants arrived in the central region of Rio Grande do Sul. They wanted to structure communities following their wishes and hopes. Silveira Martins Colony was then formed. The construction of a church and the presence of a resident priest were also considered by its inhabitants as objectives to be achieved. Moreover, these symbols could also guide the society to development. According to the immigrants' perception, progress could be only reached with the autonomy of the society, including its administration, avoiding external influences. So the community members, mainly tradesmen, faced priests, local and provincial authorities and also some Brazilian Law.

**Key Words:** Italian Immigration – Rio Grande do Sul – ex-Colônia Silveira Martins

**1. “De forma alguma reconheceremos o pároco da Freguesia de Santo Antônio como nosso legítimo pastor”: os imigrantes em busca de independência**

Os imigrantes italianos que chegaram à região central do Rio Grande do Sul eram, em sua maioria, oriundos do meio rural. Almejavam ser proprietários de terras, cultivar seus produtos, produzir riquezas e sonhavam com uma vida sem patrão que lhes desse ordens ou cobrasse pelo arrendamento das terras. Buscavam organizar suas comunidades segundo suas crenças e práticas religiosas, e, para isso, tinham que ter liberdade, pois assim poderiam estruturar os núcleos coloniais conforme seus anseios.

A expectativa dos imigrantes, quando da instalação no núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte, era a de formarem um ambiente onde pudessem viver em melhores condições das que estavam acostumados na Itália. Uma das comunidades que mais

---

\* Licenciada em História pela UNIFRA; Mestre em História pela PUCRS.

rapidamente se mobilizou nesse sentido foi a de Vale Vêneto, que, além de edificar uma capela, passou a planejar a vinda de um sacerdote que se instalasse no lugar.<sup>1</sup>

Em novembro de 1881, após uma espera de quase três anos, desembarcaram em Porto Alegre os padres Antônio Sório e Vitor Arnoffi. Para o historiador Luiz Eugênio Véscio, a vinda dos padres despertou a atenção dos moradores de Silveira Martins, que interpretaram como ameaça a presença de ambos em Vale Vêneto, uma vez que os registros de batismo, casamento e óbito, bem como a administração do cemitério não estariam mais sob o controle da sede (VÉSCIO, 2001: 56). Frente aos protestos do imigrante Paulo Bortoluzzi e seu grupo, o bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira decretou que um sacerdote permaneceria em Silveira Martins – Vitor Arnoffi –, e outro iria para Vale Vêneto – Antônio Sório (BONFADA, 1991: 23-6).

A decisão do bispo não agradou aos imigrantes de Vale Vêneto, pois a comunidade ficaria submetida à sede da ex-Colônia, tanto em relação aos padres como na questão administrativa.<sup>2</sup> Após o falecimento de Vitor Arnoffi, em 1884, o padre Antônio Sório acabou sendo designado pelo bispo Dom Sebastião a assumir Silveira Martins, dando motivos para que surgissem insatisfações entre moradores de Vale Vêneto, que acabaram entrando em sérios atritos com o sacerdote. Essa situação fez com que os imigrantes de Vale Vêneto se mobilizassem para obter outro padre, uma vez que não desejavam ser atendidos por aquele que os havia abandonado. Os moradores declararam que não iriam sustentar ou fazer pagamento obrigatório a qualquer sacerdote que não tivesse residência fixa na localidade.<sup>3</sup> Para os mesmos, era inaceitável estarem submetidos a essa situação.

Na seqüência, afirmaram que não queriam ser parte da Freguesia de Santo Antônio de Silveira Martins, pois sua comunidade já havia feito “grandes sacrifícios, custeando a viagem, (...) construindo uma casa de moradia para o sacerdote, construindo a capela e equipando-a adequadamente”. Alegaram também que:

Todas estas despesas seriam inúteis se nesta capela [São Francisco de Assis] não fosse acertada a residência de um sacerdote (...), o próprio Pe. Antônio Sório, não levando em conta o quanto um sacerdote nos é indispensável, está empenhado em sobrecarregar este povo com um salário, a ser pago anualmente para sua pessoa, por

<sup>1</sup> Para Olívio Manfroi, nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, os sacerdotes foram personalidades procuradas pelos imigrantes, todas as sedes e capelas queriam ter um padre “*stabile*”, pois sabiam que assim a comunidade progrediria. (MANFROI, 2001: 133-40).

<sup>2</sup> Conforme Olívio Manfroi, a sede era o centro administrativo e comercial do núcleo, porém, foi nas linhas coloniais que “os imigrantes organizaram a sua vida social e religiosa, segundo o modelo de seus vilarejos natais” (MANFROI, 2001: 94).

<sup>3</sup> Abaixo-assinado de 110 imigrantes pertencentes à capela São Francisco de Assis de Vale Vêneto, 5 de setembro de 1884 (RIGUI, 2001: 328).

toda vida, na condição de pároco, *embora ele saiba muito bem que jamais poderá servir para nosso proveito espiritual, conforme o costume italiano e como deve ser. E nós nunca adotaremos os costumes destas localidades (...), de forma alguma poderemos reconhecer o pároco da Freguesia de Santo Antônio como nosso legítimo pastor, conforme está demonstrado esse nosso conjunto protesto.*<sup>4</sup>

Os bens materiais que a população de Vale Vêneto havia adquirido só faziam sentido se pudesse contar com a presença de um padre fixo. Sem esse, os objetos religiosos e a capela não poderiam servir para o “proveito espiritual” segundo os costumes dos imigrantes.<sup>5</sup> Essas necessidades orientavam a organização religiosa e social da comunidade, mas, a partir do momento em que o padre Antônio Sório deixou o lugar, estava interrompido o caminho para a almejada liberdade.

As concepções religiosas dos imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins não os impediam de entrar em conflito com os sacerdotes e disputar com as comunidades vizinhas vantagens na organização sócio-religiosa do seu povoado. Questões de status, poder, independência e autonomia estão em concordância com as crenças religiosas, por isso elas não devem ser analisadas separadamente. Nas disputas entre os imigrantes de Vale Vêneto e o sacerdote Antônio Sório, assim como nos atritos internos nas comunidades, pode-se verificar o quanto àqueles pontos se relacionavam, e como os assuntos sagrados e profanos se misturavam.

O conflito entre o padre Antônio Sório e alguns imigrantes de Vale Vêneto chegou ao conhecimento das autoridades provinciais em Porto Alegre. O chefe de polícia da província escreveu ao bispo declarando estar ciente da denúncia feita pelo pároco da Freguesia de Santo Antônio contra o negociante Paulo Bortoluzzi, que, para “fins inconfessáveis, [tinha] se apoderado das chaves” da capela. Frente a essa situação, ordenou ao delegado de Santa Maria para se dirigir até Vale Vêneto e tentar resolver o litígio. Entretanto, os fabriqueiros do lugar se negaram a entregar as chaves da capela e, por causa dessa resistência, receberam uma intimação que “ordenava aos mesmos entregar a chave ao padre Antônio, caso contrário seria obrigado usar a força da lei”.

Esse procedimento firme em relação à “comunidade rebelde”, provavelmente teve apoio do bispo, uma vez que os fiéis deviam obediência ao seu superior, no caso padre Antônio

<sup>4</sup> Carta dos imigrantes da capela São Francisco de Assis de Vale Vêneto ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 14 de setembro de 1884. Pasta Vale Vêneto, Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA).

<sup>5</sup> Edward Thompson, em seu estudo sobre “a cultura popular tradicional dos trabalhadores do século XVIII”, afirma que os costumes devem ser vistos como “práxis e igualmente como lei”. Longe de representar permanência, “o costume era um campo para a mudança e a disputa”, sendo também o mesmo entendido como experiência, e não como formulações abstratas, uma vez que eles se encontram associados e presentes nas realidades sociais e materiais da vida das pessoas comuns (THOMPSON, 1998: 16, 22, 86).

Sório. Através da intimação policial, a chave da capela acabou sendo entregue ao delegado, e esse a passou para as mãos de Sório. Foi por meio da intervenção policial que o clérigo tentou sustentar sua influência sobre a Igreja de Vale Vêneto, não permitindo que a população nela realizasse qualquer atividade religiosa (CERETTA, 1984: 67-9).

Apesar de o padre Antônio Sório ter apoio policial para fazer valer a sua autoridade, os imigrantes continuaram resistindo às suas investidas. Como já haviam recorrido ao bispo, e nada tinham conseguido, os colonos apelaram ao presidente da província, afirmando que tanto a capela de São Francisco como a casa paroquial eram “propriedade dos moradores”, por isso desejavam estar livres da interferência do sacerdote. Os fabriqueiros declararam que haviam tentado um acordo com Sório, mas esse se enfurecia facilmente frente às propostas apresentadas, e por isso impuseram ao mesmo:

O senhor foi nomeado pároco da Freguesia de Santo Antônio. *Esta Capela está sob a proteção de São Francisco e é nossa propriedade, isto é, deste povo por nós representado, e se o senhor não quiser concordar com um contrato legal, ela permanecerá fechada.*<sup>6</sup> (sem grifos no original)

Os colonos do Vale Vêneto estavam convictos em sua posição, não aceitando a ingerência de um padre que não atendia às suas expectativas. A capela, sob proteção de São Francisco de Assis, representava o povo, e não o poder instituído por Antônio Sório, que era pároco da Freguesia de Silveira Martins. Os imigrantes deixavam clara a hostilidade ao padre, contudo, mostravam-se preocupados com a educação dos filhos e o cumprimento dos sacramentos. Por isso, propuseram a transformação de Vale Vêneto em Freguesia, declarando que não agüentariam “viver sem a presença de um sacerdote católico, de boa conduta e de sãos princípios”. Para tal, afirmaram que realizaram:

(...) grandes despesas: igreja, casa canônica, objetos sacros, medição de lotes urbanos, arruamento, derrubada de mato etc. Fizemos gastos que ultrapassam os oito contos. Antes não tivéssemos feito isso! Oxalá o Governo não nos tivesse dado o lote colonial para tal fim! (...) Nós, crescidos e criados no seio da Religião Católica, sabemos perfeitamente que, entre tantas obrigações, encontra-se também esta de ouvir a Missa inteira todos os domingos e nas festas de preceito. Como se poderá, então, cumprir tal obrigação, se não houver um sacerdote entre nós? Nesse caso não poderíamos aqui residir. (...) Para tanto pedimos de ser separados da SEDE, não tanto pela distância, mas por estarmos isolados por altas montanhas e, o que é mais importante, por não haver uma estrada.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Carta dos fabriqueiros e moradores de Vale Vêneto ao presidente da província, 02 de dezembro de 1884. Comissão de Terras e Colonização (correspondência avulsa), Silveira Martins, maço 73, caixa 37, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

<sup>7</sup> Carta dos fabriqueiros e demais moradores de Vale Vêneto ao presidente da província, 02 de dezembro de 1884. Comissão de Terras e Colonização, Silveira Martins, maço 73, caixa 37, AHRS.

Afrontaram Antônio Sório quando viram seus interesses ameaçados, e o que haviam conseguido para o desenvolvimento religioso do lugar era propriedade deles, e esse direito não poderia ser violado. A idéia dos colonos de Vale Vêneto reflete o entendimento que tinham sobre a organização daquele espaço. Mesmo que os imigrantes concedessem ao padre um papel social de destaque, isso não impediu que conflitos se estabelecessem entre as partes. Eles não foram passivos frente às lideranças religiosas, como se pode perceber nesses atritos, pois desejavam construir um mundo que estivesse em concordância com seus anseios.

As divergências entre a população de Vale Vêneto e seu antigo pároco, possibilitaram compreender a visão dos imigrantes acerca da organização religiosa e social das comunidades. Os conflitos abriram uma “valiosa janela” de onde se observou o comportamento de um determinado grupo. Geralmente, através da análise desses acontecimentos, pode-se “descobrir normas surdas”, sendo que o mesmo também acontece quando se examina uma situação atípica (THOMPSON, 2001: 235-6). Isso porque essas ocasiões trazem à tona informações que normalmente não podem ser percebidas.

## **2. “A onda revolucionária que se agita na ex-Colônia Silveira Martins”: os colonos “anárquicos” de Vale Vêneto**

Ao mesmo tempo em que defendiam a autonomia religiosa, os imigrantes também lutavam por liberdade administrativa. Quando o sacerdote Sório mudou-se para a sede da ex-Colônia, o povo de Vale Vêneto alimentou a hostilidade em relação às lideranças de Silveira Martins, temendo que essas pudessem exercer uma influência maior sobre a sua comunidade. A rivalidade que inicialmente se dera entre os colonos e seu ex-vigário, tomou proporções maiores, tornando-se uma disputa por poder na região colonial.

Uma das primeiras atitudes para cortar os vínculos que havia entre os povoados partiu dos representantes de Vale Vêneto, que se ausentaram da eleição que escolheria uma nova comissão para melhoramentos das estradas da ex-Colônia, votação essa que ocorreria em março de 1885.<sup>8</sup> Procedendo dessa forma, os imigrantes pretendiam desligar-se da sede e formar um povoado independente. As lideranças de Vale Vêneto enviaram um comunicado ao presidente da referida comissão, afirmando que não iriam comparecer à eleição, pois haviam escolhido a sua própria junta, que ficaria responsável por atender as demandas da população.

---

<sup>8</sup> Em 1884, a comissão era composta por cinco pessoas: Jacó Della Mea (presidente), Carlo Maffini (vice-presidente), Paulo Bortoluzzi (1ª secretário), Francisco Sartori (2ª secretário), Celeste Sulioni (tesoureiro). Fundo Câmara Municipal 1868-1893, Caixa 1, v. 4, folha 12, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Declararam também que já vinham trabalhando no sentido de promover a restauração da estrada que ligava Vale Vêneto a Arroio do Só e, para tal, tinham solicitado autorização ao governo provincial.<sup>9</sup>

Após receber o comunicado, o presidente da comissão declarou à Câmara Municipal de Santa Maria ter recomendado aos moradores de Vale Vêneto para não deixarem de comparecer à eleição, uma vez que essa seria a “única legal conforme a ordem dessa Câmara”, e alertou:

*Desconfio que não seja aceito este meu parecer, pois há ali [Vale Vêneto] toda a idéia de independência, querendo supor aquele lugar uma Freguesia, ou talvez mesmo um estado inteiramente independente. Julgo convincente comunicar o ocorrido a V. S., pois prevejo dificuldades quando se tiver de proceder à cobrança do imposto do corrente ano.*<sup>10</sup>

Aos imigrantes de Vale Vêneto interessava apenas a conservação da estrada que ligava a Arroio do Só. Logo, negando-se a participar da eleição para a escolha da nova comissão responsável pela manutenção dos caminhos na ex-Colônia Silveira Martins, mostrando-se, assim, convictos no desejo de cuidarem da sua própria administração.

Se o presidente da comissão de melhoramentos materiais previa problemas na cobrança dos impostos, é porque essa questão já não era uma novidade na região colonial. Anteriormente, em dezembro de 1883, a Câmara Municipal de Santa Maria havia recebido uma lista com vinte cinco imigrantes, donos de lotes urbanos e rurais, que se negavam a pagar os impostos que seriam aplicados na conservação das estradas.<sup>11</sup> A primeira medida tomada pela Câmara para resolver a questão foi organizar em Silveira Martins, uma comissão de melhoramentos materiais que ficaria responsável pela cobrança dos impostos.<sup>12</sup>

Por causa da resistência dos colonos do Vale Vêneto em não participar da nova comissão, o presidente da Câmara Municipal solicitou ao governo da província para que tomasse “enérgicas providências” em relação aos que não haviam participado da “dita eleição”. Afirmou também que os mesmos não queriam cumprir a lei, julgando-se em “condições de criar embaraços à arrecadação” dos impostos. Seguiu alegando que na ex-

---

<sup>9</sup> Carta dos imigrantes de Vale Vêneto ao presidente da comissão de melhoramentos materiais Jacó Della Mea, 23 de fevereiro de 1885. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153, AHRS.

<sup>10</sup> Carta de Jacó Della Mea ao presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, Júlio Gomes Porto, 25 de fevereiro de 1885. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153 (correspondência expedida), AHRS.

<sup>11</sup> Fundo Câmara Municipal. Livro Documentos 1882-1889, Caixa 1, v. 4, folha 12, AHMSM.

<sup>12</sup> Em 24 de junho de 1884 foram eleitos os integrantes das quatro sessões que formariam a comissão de melhoramentos materiais da ex-Colônia Silveira Martins. Fundo Câmara Municipal 1882 a 1889, Caixa 1, v. 4, folha 18, AHMSM.

Colônia os que procediam daquela forma eram os que “*desrespeitaram o digno vigário da Freguesia Silveira Martins, padre Antônio Sório, depois de terem profanado a igreja que existe no mesmo Vale Vêneto*”.<sup>13</sup>

Os imigrantes de Vale Vêneto, ao optarem por cuidar da manutenção dos caminhos que lhes interessavam, queriam se afastar do controle da sede, mas acabaram por criar problemas com a Câmara Municipal. Os vereadores santa-marienses afirmaram para o presidente da província estarem empregando “*todos os meios legais para a cobrança dos impostos tanto colonial como municipal a que estavam sujeitos os moradores de Vale Vêneto*”.

Não obtendo sucesso contra os que se negavam a pagar os impostos, os vereadores escreveram novamente ao presidente da província, solicitando providências em relação à atitude “rebelde” da população:

No espinhoso cumprimento do dever de representante deste município, seriamente *ameaçado em sua autonomia, pela invasão de elementos estranhos que tentam anarquizar os contribuintes do imposto municipal* e, ao mesmo tempo, venha acoroçá-los no desrespeito às leis do país, vamos de novo à presença de V. Ex<sup>a</sup> pedir uma providência que *venha reprimir a onda revolucionária que se agita na ex-colônia Silveira Martins*.<sup>14</sup> (sem grifos no original)

Além de não cumprirem as leis municipais, os imigrantes estavam também desrespeitando as leis do país, e cabia ao governo uma atitude que viesse reprimir a “onda revolucionária” que agitava a ex-Colônia Silveira Martins. A Câmara Municipal temia que esse movimento “anárquico” fosse seguido por outras comunidades coloniais ou até mesmo por diferentes distritos pertencentes à Santa Maria.

As atitudes tomadas pelos colonos de Vale Vêneto estão relacionadas a outros acontecimentos daquele ano. Em março de 1885, o povoado recebeu a visita do superior geral da Pia Sociedade das Missões, o sacerdote Guilherme Whitmee, e as conversações tinham sido positivas, pois havia ficado garantido que, em breve, contariam com a presença dos padres palotinos. Esse fato deu motivação para que as lideranças de Vale Vêneto buscassem com mais afinco a concretização de seus intentos, qual seja, a de se tornar uma freguesia independente, uma vez que possuíam garantias de que logo a “sua fortuna” chegaria. Essa era representada pela figura de sacerdotes fixos, que possibilitaria que o lugar prosperasse.

---

<sup>13</sup> Carta do presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, Júlio Gomes Porto, ao presidente da província, 14 de março de 1885. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153, AHRS.

<sup>14</sup> Carta dos vereadores da Câmara Municipal de Santa Maria ao presidente da província, 11 de junho de 1885. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153, AHRS.

Essa associação entre os acontecimentos parece ser corroborada com os fatos que se seguiram. Em junho de 1885, após a saída de Guilherme Whitmee, deu-se o ponto alto das resistências da população de Vale Vêneto às autoridades municipais de Santa Maria, que não conseguiam controlar a “onda revolucionária que agitava a ex-Colônia”. A Câmara Municipal tentou tomar medidas em relação aos “colonos rebeldes”, mas nada parece ter surtido efeito, já que os moradores de Vale Vêneto continuaram a agir de forma autônoma, querendo cortar quaisquer laços de dependência que os mantivesse vinculados a Silveira Martins. Agindo dessa maneira, criaram dificuldades para a Câmara Municipal que, não sabendo lidar com tais reivindicações, caracterizou os imigrantes como “anárquicos” e “rebeldes”.

### **Manuscritos e Referências Bibliográficas**

CERETTA, Antonio. **História de Vale Vêneto**. 1894, p. 67-9, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC.

SCHWINN, Frederico. **Freguesia Silveira Martins**. Caderno a.

\_\_\_\_\_. **Freguesia Silveira Martins**. Caderno b.

\_\_\_\_\_. **Freguesia Silveira Martins**. Caderno c.

BONFADA, Genésio. **Os palotinos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Pallotti, 1991.

DE BONI, Luis Alberto. *A igreja no início das colônias italianas*. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 3. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 2001.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893 – 1928**. Santa Maria: Ed. UFSM; Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822–1889)**. v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.